

Empresários e economistas propõem um amplo acordo político no País

ABÍLIO DINIZ

Minhas palavras têm sido mal interpretadas

"Infelizmente minhas palavras têm-se perdido e até sido mal interpretadas", afirmou o Diretor-Superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, quando perguntado ontem, durante o seminário se ele, como membro do Conselho Monetário Nacional levava suas posições ao Presidente João Baptista Figueiredo e ao Ministro Delfim Netto.

Diniz concordou com as críticas formuladas por quatro economistas sobre a condição da negociação da dívida externa do País e lembrou que, à medida que o tempo passa, vai ficando cada vez mais difícil uma renegociação mais ampla.

A respeito do anunciado superávit na balança comercial de US\$ 9 bilhões, projetado para 1984, Abílio Diniz disse que se considerarmos que temos um déficit de US\$ 5 bilhões com os países produtores de petróleo, teremos de conseguir, em 84, US\$ 14 bilhões com os não produtores de petróleo, "meta difícil de ser alcançada".

BARDELLA

Não acredito em saídas apenas técnicas

O Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São

SÃO PAULO — Empresários e economistas que, ontem, participaram do seminário "Em Busca do Brasil Viável" promovido pela Gazeta Mercantil foram unânimes em concordar com a afirmação de que a negociação da dívida externa brasileira está sendo mal conduzida e que a superação do atual estágio de dificuldade enfrentado pelo país não é mais possível apenas no campo técnico, sendo necessário um amplo acordo político.

Paulo (Fiesp), Cláudio Bardella, deixou claro, na exposição que não acredita em soluções meramente técnicas para a crise. No seu entender, não adianta mais discutir qual a forma ideal de renegociação da dívida externa ou como evitar o aumento da dívida pública.

Para Bardella, existem diversas alternativas à política recessiva implementada pelo Governo. Entretanto — assinalou — para se adotar um programa econômico que dê prioridade à expansão das atividades produtivas em vez de estimular a especulação financeira, é preciso, primeiro, ser formalizado um amplo debate político.

CARLOS LESSA

A solução da crise deve ser política

Para o economista Carlos Lessa, o País enfrenta um "verdadeiro emaranhado" de problemas na área econômica. Segundo ele, não adianta, agora, ficar tentando apontar a in-

O seminário foi dividido em três painéis, todos acompanhados com interesse por cerca de 400 diretores e gerentes de empresas que aplaudiram o economista Luciano Coutinho quando ele afirmou ter a impressão de que o governo já acabou mas ainda tem de cumprir um mandato". Ao todo, 12 economistas fizeram suas explanações, sendo os painéis dirigidos pelos empresários Abílio Diniz e Cláudio Bardella.

flação ou o déficit público como responsáveis pela crise brasileira.

— Falar em asfixia cambial ou acusar as estatais pelo endividamento externo não resolve — salientou Lessa. — Na verdade, o nó da questão é mais profundo, pois ele passa pelo sistema financeiro-fiscal introduzido no Brasil após a Revolução de 1964.

Para o economista, a solução é política, uma vez que entende que o responsável pela atual crise é o sistema autoritário instalado no País nos últimos 20 anos.

LARA RESENDE

Acordo só traz solução para grandes bancos

Um acordo do Brasil com seus credores resolverá apenas o problema dos grandes bancos internacionais porque estas instituições, caso prevalecesse o atual impasse, seriam obrigadas a transferir as quantias que têm a receber do Brasil para a conta de créditos em liquidação e is-

so afetaria seus resultados com reflexos negativos para suas ações no mercado.

Ao fazer essa colocação o economista André Lara Resende, professor do Departamento de Economia da PUC do Rio, defendeu a tese de que a conclusão do atual estágio de negociações entre autoridades brasileiras, Fundo Monetário Internacional e credores privados, resolverá o problema do País "só pelo prazo de um ou dois meses".

— Trata-se de uma postura falsamente otimista dizer que estamos à beira da superação do impasse e que a recessão acaba em seis meses — disse Lara Resende, ressaltando que em função das recentes medidas adotadas, com o Decreto 2065, por exemplo, os custos do ajustamento interno às exigências externas "chegarão à beira do intolerável".

Ele defendeu também a renegociação da dívida brasileira, "uma proposta positiva que não deve ser vista pelos credores como uma declaração de guerra".

CARDOSO DE MELLO

Recessão já chegou a limite de resistência

O economista João Manoel Cardoso de Mello advertiu que a política recessiva imposta ao País chegou ao limite de resistência, tanto da indústria nacional como dos trabalhadores. No seu entender, a crise não é mais no campo econômico, mas institucional.

— Estamos diante de sintomas que representam a total ruptura do tecido social — disse.